



ESCOLA SECUNDÁRIA DE FRANCISCO FRANCO
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E COOKIES

Programa RPPD.Escolas — Etapa 5

Versão 2.0 · 1 de setembro de 2026

Campo	Conteúdo
Referência	PPC-ESFF-2026-V2.0
Versão	2.0
Data	1 de setembro de 2026
Proprietário	Escola Secundária de Francisco Franco (ESFF)
Classificação	Público
Elaborado por	Sara Drummond Borges — Subinterlocutor RGPD · ESFF
Histórico	V1.0 — 13 de abril de 2026 (publicada no sítio institucional). V2.0 — 1 de setembro de 2026: alargamento das categorias de titulares a docentes, pessoal não docente e fornecedores pessoas singulares; atualização do portal do Encarregado de Proteção de Dados; inclusão do formulário oficial de exercício de direitos.

1. RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS

A Escola Secundária de Francisco Franco (ESFF) é o Responsável pelo Tratamento dos dados pessoais recolhidos e tratados no âmbito das suas atividades educativas, administrativas e de comunicação institucional.

Designação	Escola Secundária de Francisco Franco (ESFF)
NIF	671 000 454
Morada	Rua João de Deus, n.º 9, 9054-527 Funchal
Telefone	+351 291 202 820
Sítio web	www.esffranco.edu.pt
Tutela	Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia — Região Autónoma da Madeira

2. ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (EPD)

A ESFF designou como Encarregado de Proteção de Dados (EPD) o Gabinete Regional para a Conformidade Digital, Proteção de Dados e Cibersegurança (GCPD), nos termos do artigo 37.º do RGPD e dos artigos 12.º e seguintes da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.

Designação	Gabinete Regional para a Conformidade Digital, Proteção de Dados e Cibersegurança (GCPD)
Morada	Palácio do Governo Regional, Avenida de Zarco, 9004-527 Funchal
Contacto (EPD)	https://www.madeira.gov.pt/gcpd

3. QUE DADOS PESSOAIS TRATAMOS

No exercício das suas funções, a ESFF trata as seguintes categorias de dados pessoais, consoante a relação com o titular:

3.1. ALUNOS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

- Dados de identificação: nome, data de nascimento, número de aluno, n.º de BI/Cartão de Cidadão, NIF, fotografias;
- Dados de contacto: morada, telefone, endereço de correio eletrónico;
- Dados académicos: matrículas, avaliações, registos de frequência e assiduidade, processo individual do aluno;
- Dados de saúde (categorias especiais): para efeitos de apoios específicos, alergias ou necessidades educativas especiais, quando legalmente exigível;
- Dados socioeconómicos: para efeitos de ação social escolar (ASE) e atribuição de apoios.

3.2. DOCENTES E PESSOAL NÃO DOCENTE

- Dados de identificação e contacto: nome, morada, n.º de BI/Cartão de Cidadão, NIF, NISS, contacto telefónico e endereço eletrónico;
- Dados profissionais: habilitações, categoria, horário, avaliação de desempenho, curriculum vitae;
- Dados de saúde e biométricos (categorias especiais): para efeitos de processamento de faltas e subsídios legalmente previstos;
- Dados financeiros: para efeitos de processamento salarial (IBAN, recibos de vencimento).

3.3. FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS (PESSOAS SINGULARES)

No âmbito de procedimentos de contratação pública e de prestação de serviços, a ESFF pode tratar dados pessoais de pessoas singulares que atuem na qualidade de fornecedores ou prestadores de serviços, nomeadamente:

- Dados de identificação: nome, n.º de BI/Cartão de Cidadão, NIF;
- Dados de contacto: morada profissional, telefone, endereço eletrónico;
- Dados financeiros: IBAN, para efeitos de pagamento de serviços prestados;
- Dados profissionais: habilitações e certificações relevantes para a prestação do serviço contratado.

3.4. VISITANTES DO SÍTIO WEB

O sítio web da ESFF (www.esffranco.edu.pt) tem carácter essencialmente informativo e não dispõe de formulários de recolha de dados pessoais em linha. Podem, contudo, ser tratados os seguintes dados de navegação:

- Dados técnicos de navegação: endereço IP, tipo de browser, páginas visitadas, hora e data de acesso (ver Secção 8 — Política de Cookies).

O sítio contém na secção «Ligações» acessos diretos a plataformas externas utilizadas pela comunidade educativa — Gmail (Google), Place (plataforma regional da RAM), SIAG (sistema de gestão escolar) e Moodle Francisco Franco. Ao clicar nessas ligações, o utilizador é redirecionado para plataformas de terceiros, fora do ambiente do sítio da ESFF, ficando sujeito às respetivas políticas de privacidade. A ESFF não é responsável pelo tratamento de dados efetuado nessas plataformas.

4. FINALIDADES DO TRATAMENTO E BASE LEGAL

Os dados pessoais são tratados com base nas seguintes finalidades e fundamentos jurídicos, nos termos do artigo 6.º (e, quando aplicável, do artigo 9.º) do RGPD:

Finalidade	Base Legal	Legislação de referência
Gestão académica (matrículas, avaliações, frequência)	Obrigação legal (art. 6.º, n.º 1, al. c))	LBSE, ECD, matrículas: DL 55/2018, de 6 de julho; DL nº 176/2012, de 2 de agosto; Despacho Normativo nº 2-B/2025, de 21/; Despacho nº 4472-A/2026, de 6 de abril
Ação social escolar (ASE) e apoios socioeconómicos	Obrigação legal / interesse público	Regulamentação ASE
Gestão de recursos humanos (vencimentos, faltas, avaliação)	Obrigação legal (art. 6.º, n.º 1, al. c))	LTFP, ECD, legislação RAM
Contratação pública e gestão de fornecedores (pessoas singulares)	Obrigação legal / execução de contrato (art. 6.º, n.º 1, al. b) e c))	Código dos Contratos Públicos; CIRS; Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Tribunal de Contas) art. 51º, nº 1, al. f) e 52º; Lei n.º 30/2021, de 21 de maio; legislação RAM
Comunicação institucional e informação à comunidade educativa	Interesse público (art. 6.º, n.º 1, al. e))	Decreto-Lei n.º 75/2008 (RAAGE)
Gestão de páginas institucionais em redes sociais (Facebook, Instagram)	Interesse público / consentimento (art. 6.º, n.º 1, al. a) e e))	RGPD; orientações do Comité Europeu para a Proteção de Dados (EDPB)

Finalidade	Base Legal	Legislação de referência
Segurança de instalações (videovigilância, se existir)	Interesse legítimo / obrigação legal	Lei n.º 95/2021; Lei n.º 34/2013; Código do Trabalho; RGPD art. 6.º, al. f)
Publicação de fotografias em contexto escolar	Consentimento do titular / representante legal	RGPD art. 6.º, al. a); Lei 58/2019
Dados de saúde (categorias especiais): apoios NEE, gestão de faltas por doença, necessidades de saúde em contexto escolar	Obrigação legal / interesse público / interesses vitais do titular (art. 6.º, n.º 1, al. c) e e); art. 9.º, n.º 2, al. b), c) e g))	RGPD; Lei 58/2019; LTFP; DL 54/2018 de 6 de julho (educação inclusiva); DL n.º 35/2014
Gestão de acidentes escolares e laborais; comunicação a seguradoras e entidades de saúde	Obrigação legal / interesses vitais do titular (art. 6.º, n.º 1, al. c) e e); art. 9.º, n.º 2, al. b), c) e f))	Lei n.º 98/2009 (acidentes de trabalho); Portaria n.º 413/99, de 8 de junho (seguro escolar); RGPD; Lei 58/2019

5. PRAZO DE CONSERVAÇÃO DOS DADOS

Os dados pessoais são conservados pelo período estritamente necessário à prossecução das finalidades para as quais foram recolhidos, ou pelo período imposto por obrigação legal ou regulamentar, nomeadamente:

- Processo individual do aluno: conservado nos termos da Portaria n.º 1284/2009, de 19 de outubro (prazo de 50 anos após a saída do aluno);
- Processos de recursos humanos: conforme tabela de seleção da DGLAB/CLAV, em regra 10 anos após cessação da relação jurídica;
- Dados de ação social escolar: 5 anos após a última intervenção, salvo obrigação legal diversa;
- Dados de fornecedores e prestadores de serviços (pessoas singulares): 10 anos após o termo do contrato ou da última fatura, para efeitos fiscais e de auditoria, nos termos do Código do IRS e do Código dos Contratos Públicos;
- Dados de videovigilância (quando aplicável): 30 dias, salvo necessidade de preservação para efeitos de inquérito ou processo judicial;
- Dados de navegação (logs de servidor): máximo de 12 meses, após o que são anonimizados.

- Findo o prazo de conservação, os dados são eliminados ou anonimizados, salvo quando a respetiva conservação seja necessária para fins de arquivo de interesse público, investigação científica ou histórica, ou fins estatísticos, nos termos do artigo 89.º do RGPD.

6. DESTINATÁRIOS DOS DADOS

Os dados pessoais não são partilhados com terceiros para finalidades comerciais. Podem, contudo, ser comunicados, nos termos da lei, às seguintes entidades:

- Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Autónoma da Madeira (tutela);
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), quando aplicável;
- Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFE) — processamento de vencimentos;
- Segurança Social e Autoridade Tributária — no âmbito de obrigações legais;
- Entidades de saúde pública e hospitais — em situações de urgência, acidente escolar ou laboral, ou surto infeccioso;
- Seguradoras — no âmbito do seguro de acidentes escolares (alunos), nos termos da Portaria n.º 413/99, de 8 de junho, e do seguro de acidentes de trabalho (trabalhadores), nos termos da Lei n.º 98/2009;
- Autoridades judiciais ou policiais — mediante requerimento fundamentado e nos termos legais;
- Fornecedores de serviços tecnológicos que atuam como subcontratantes, mediante contrato de tratamento de dados (art. 28.º do RGPD), assegurando níveis de proteção adequados.
- A ESFF utiliza o Google Workspace for Education como plataforma de produtividade e comunicação institucional (incluindo correio eletrónico, agenda e partilha de documentos). Neste contexto, a Google LLC atua como subcontratante, ao abrigo de um Contrato de Tratamento de Dados (DPA) celebrado com a Google, que estabelece as obrigações de proteção de dados exigidas pelo RGPD. Os dados são armazenados em centros de dados localizados no Espaço Económico Europeu (UE/EEE), ao abrigo da funcionalidade de residência de dados configurada pela escola. Não obstante, na medida em que a Google LLC é uma entidade sediada nos EUA e pode aceder remotamente aos dados para fins de suporte técnico, esta situação enquadra-se tecnicamente como transferência para país terceiro, a qual se encontra abrangida pela Decisão de Adequação da Comissão Europeia relativa ao «EU-US Data Privacy Framework», adotada em julho de 2023, estando a Google LLC certificada nesse âmbito. Para mais informações sobre o tratamento de dados pela Google, consultar: https://safety.google/intl/pt-PT_ALL/safety/privacy-practices/.

A ESFF mantém páginas institucionais na rede social Facebook e no Instagram, através das quais publica informações e conteúdos de interesse para a comunidade educativa. A gestão dessas páginas implica o tratamento de dados pelos respetivos operadores (Meta Platforms, Inc.), sujeito às políticas de privacidade do Facebook (<https://www.facebook.com/privacy/center/>) e do Instagram (<https://privacycenter.instagram.com/>). A ESFF e a Meta são corresponsáveis pelo tratamento de dados nas interações nas páginas institucionais, nos termos do artigo 26.º do RGPD. A publicação de fotografias ou vídeos que identifiquem alunos menores carece de autorização prévia dos respetivos encarregados de educação.

A ESFF não procede a transferências de dados para países terceiros fora do Espaço Económico Europeu (EEE), salvo quando garantida a adequação do nível de proteção nos termos dos artigos 44.º e seguintes do RGPD.

7. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

Nos termos do RGPD (artigos 15.º a 22.º) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, qualquer titular de dados pessoais tem o direito de:

- Direito de acesso: obter confirmação sobre se os seus dados pessoais são tratados e aceder a uma cópia dos mesmos (art. 15.º do RGPD);
- Direito de retificação: obter a correção de dados inexatos ou incompletos (art. 16.º do RGPD);
- Direito ao apagamento («direito a ser esquecido»): solicitar a eliminação dos dados, quando estes não sejam necessários para as finalidades que justificaram a sua recolha e não exista obrigação legal de conservação (art. 17.º do RGPD);
- Direito à limitação do tratamento: solicitar a suspensão do tratamento em determinadas circunstâncias (art. 18.º do RGPD);
- Direito de portabilidade: receber os seus dados em formato estruturado e legível por máquina, quando o tratamento se basear em consentimento ou contrato (art. 20.º do RGPD);
- Direito de oposição: opor-se ao tratamento baseado no interesse público ou legítimo, salvo motivos imperativos e legítimos que prevaleçam (art. 21.º do RGPD);
- Direito de não ficar sujeito a decisões automatizadas: incluindo definição de perfis com efeitos significativos (art. 22.º do RGPD);
- Direito de retirar o consentimento: a qualquer momento, sem que tal afete a licitude do tratamento previamente efetuado.
- Direito à comunicação sobre a ocorrência de violação dos seus dados pessoais (quando aplicável).

Para exercer qualquer destes direitos, o titular (ou o seu representante legal, no caso de menores) deve dirigir um pedido escrito, identificando-se de forma inequívoca, através de um dos seguintes meios:

- Presencialmente, nos Serviços Administrativos da ESFF, munido de documento de identificação;
- Por correio eletrónico para a escola: rgpd.esffranco@esffranco.edu.pt
- Por correio postal para: Rua João de Deus, n.º 9, 9054-527 Funchal.
- O pedido será respondido no prazo máximo de 30 dias, prorrogável por mais dois meses em caso de complexidade ou elevado número de pedidos, com notificação prévia ao titular (art. 12.º do RGPD).

Caso o pedido não seja respondido satisfatoriamente, o titular pode contactar o EPD — Gabinete Regional para a Conformidade Digital, Proteção de Dados e Cibersegurança (GCPD) — através do portal oficial <https://www.madeira.gov.pt/gcpd>, o qual, nos termos do artigo 38.º, n.º 4, do RGPD, está obrigado a sigilo e pode ser contactado a título confidencial. Para o efeito, o Encarregado de Proteção de Dados disponibiliza um formulário próprio para o exercício de direitos, acessível em <https://www.madeira.gov.pt/gcpd/Estrutura/GCPD/OGabinete/Formulario>.

Sem prejuízo do recurso ao EPD, o titular tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo nacional competente — a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), Av. D. Carlos I, 134, 1200-651 Lisboa (www.cnpd.pt) — sempre que considere que o tratamento dos seus dados pessoais viola o RGPD ou a Lei n.º 58/2019.

8. POLÍTICA DE COOKIES

O sítio web da ESFF (www.esffranco.edu.pt) é um portal institucional de carácter informativo e simples. A presente secção descreve o uso de cookies neste sítio, em conformidade com o artigo 5.º da Diretiva 2002/58/CE (Diretiva ePrivacy), transposta pelo Decreto-Lei n.º 12/2021, de 22 de fevereiro.

8.1. O QUE SÃO COOKIES?

Os cookies são pequenos ficheiros de texto armazenados no dispositivo do utilizador quando visita um sítio web. Permitem que o sítio reconheça o dispositivo em visitas futuras, assegurando o correto funcionamento técnico do portal.

8.2. COOKIES UTILIZADOS NESTE SÍTIO

O sítio web da ESFF utiliza exclusivamente cookies técnicos, estritamente necessários ao funcionamento do portal. Não são utilizados cookies de rastreamento, publicidade, análise comportamental, nem cookies de terceiros que impliquem a transferência de dados pessoais a entidades externas.

Cookie	Tipo	Finalidade	Duração
PHPSESSID / session	Técnico / necessário	Mantém a sessão ativa durante a navegação	Sessão (eliminado ao fechar o browser)
_csrf / csrf_token	Técnico / segurança	Proteção contra ataques CSRF	Sessão

8.3. CONSENTIMENTO E GESTÃO DE COOKIES

Uma vez que o sítio da ESFF utiliza unicamente cookies técnicos estritamente necessários ao seu funcionamento, não é legalmente obrigatório obter o consentimento do utilizador para a sua utilização, nos termos do Decreto-Lei n.º 12/2021, de 22 de fevereiro. Ao navegar no sítio, o utilizador é informado da existência destes cookies.

O utilizador pode, a qualquer momento, configurar o seu browser para recusar ou eliminar cookies. Note-se que a desativação de cookies técnicos pode afetar o correto funcionamento de algumas funcionalidades do sítio:

- Google Chrome: Menu > Definições > Privacidade e segurança > Cookies e outros dados de sítios;
- Mozilla Firefox: Menu > Definições > Privacidade e segurança;
- Microsoft Edge: Menu > Definições > Cookies e permissões de sítios;
- Safari: Preferências > Privacidade > Gerir dados de sítios.

9. SEGURANÇA DOS DADOS

A ESFF adota medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais contra o acesso não autorizado, a divulgação, a alteração ou a destruição, em conformidade com o artigo 32.º do RGPD, nomeadamente:

- Controlo de acessos lógico e físico aos sistemas de informação;
- Cópias de segurança (backups) regulares e cifradas;
- Transmissão de dados protegida por protocolos seguros (HTTPS/TLS);
- Formação e sensibilização do pessoal em matéria de proteção de dados;
- Procedimentos de notificação de violações de dados ao EPD/GCPD e à CNPD (art. 33.º do RGPD) e aos titulares afetados (art. 34.º do RGPD), quando aplicável.

10.DECISÕES AUTOMATIZADAS E DEFINIÇÃO DE PERFIS

A ESFF não recorre a processos de tomada de decisão exclusivamente automatizados, incluindo definição de perfis, que produzam efeitos jurídicos ou afetem significativamente os titulares dos dados, nos termos do artigo 22.º do RGPD.

11.PROTEÇÃO DE DADOS DE MENORES

Dado que a atividade da ESFF envolve o tratamento de dados de menores de 18 anos (alunos), a escola garante que:

- O tratamento de dados de menores se funda em base legal específica ou no consentimento do(s) titular(es) do poder parental ou do representante legal;
- São adotadas medidas de proteção reforçada no tratamento de dados de crianças e jovens, incluindo dados de saúde e dados socioeconómicos;
- A publicação de fotografias, vídeos ou outros dados de alunos menores no sítio web ou em páginas institucionais nas redes sociais depende de autorização prévia e escrita dos encarregados de educação, nos termos do artigo 8.º do RGPD e do artigo 16.º da Lei n.º 58/2019.

12.LIGAÇÕES PARA SÍTIOS E PLATAFORMAS EXTERNAS

O sítio web da ESFF contém ligações para plataformas e sítios de entidades externas, nomeadamente na secção «Ligações» (Gmail, Place, SIAG e Moodle Francisco Franco) e em referências a organismos públicos (ex.: Secretaria Regional de Educação, Ministério da Educação). A partir do momento em que o utilizador acede a essas plataformas, o tratamento de dados é da exclusiva responsabilidade dos respetivos operadores, recomendando-se a consulta das suas políticas de privacidade. A ESFF não é responsável pelo conteúdo nem pelas práticas de proteção de dados desses sítios. Inclui-se ainda, entre as plataformas externas, o Canal de Denúncias do Governo Regional da Madeira (<https://canaldenuncias.madeira.gov.pt>), disponibilizado ao abrigo da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro (Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações). Qualquer comunicação submetida através deste meio é reencaminhada para, e tratada por, o canal de denúncias do Governo Regional, sendo o respetivo tratamento de dados da responsabilidade dessa entidade e não da ESFF.

13.ALTERAÇÕES À PRESENTE POLÍTICA

A ESFF reserva-se o direito de atualizar a presente Política de Privacidade e Cookies, nomeadamente em caso de alterações legais ou regulamentares ou de mudanças nas funcionalidades do sítio web. A

versão atualizada será publicada nesta página, com indicação da data da última atualização. Recomenda-se a consulta regular deste documento.

14.ENQUADRAMENTO LEGAL

A presente política foi elaborada em conformidade com o seguinte enquadramento legal:

- Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD);
- Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto — Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD;
- Decreto-Lei n.º 12/2021, de 22 de fevereiro — Transpõe a Diretiva ePrivacy (Diretiva 2002/58/CE);
- Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, e alterações subsequentes);
- Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril — Regime de autonomia, administração e gestão escolar (RAAGE);
- Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho — Estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão;
- Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho — Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens;
- Estatuto da Carreira Docente (ECD) e Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP — Lei n.º 35/2014, de 20 de junho);
- Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro — Código do Trabalho (aplicação subsidiária a vínculos laborais de direito privado);
- Código dos Contratos Públicos (CCP) — no que respeita à contratação de fornecedores;
- Lei n.º 98/97, de 26 de agosto — Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, no que respeita à fiscalização da contratação pública;
- Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de janeiro — Define as modalidades de ação social escolar;
- Portaria n.º 413/99, de 8 de junho — Regulamento do seguro escolar;
- Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro — Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais (NLAT);
- Legislação regional aplicável da Região Autónoma da Madeira;
- Deliberações, orientações e pareceres da CNPD e do EDPB aplicáveis.

ELABORAÇÃO, APROVAÇÃO E PUBLICAÇÃO

Elaboração	Sara Drummond Borges — Subinterlocutora RGPD · ESFF
Aprovação	Conselho Executivo da Escola Secundária de Francisco Franco, em 1 de setembro de 2026
Publicação	Sítio institucional www.esffranco.edu.pt — área Transparência

Data de origem da Política de Privacidade • 13 de abril de 2026